



Equipe econômica estuda mudança na contribuição das empresas ao INSS

Plano é criar um novo tributo em substituição à atual cobrança de 20% sobre a folha de pagamentos, considerada muito alta

Adriana Fernandes e Idiana Tomazelli, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - A equipe econômica do governo Jair Bolsonaro estuda a criação de uma nova contribuição das empresas para financiar o INSS, substituindo a atual cobrança de 20% sobre folha de pagamentos, considerada muito alta. Seria uma forma de aliviar a carga tributária das empresas, uma promessa feita pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, em sua posse.

O governo também tem planos de amenizar os descontos sobre os salários dos trabalhadores de baixa renda e estuda a redução da alíquota mínima cobrada no INSS, de 8% para 7,5%, e aumentar para os que ganham mais, dos atuais 11% para até 14%.

O texto da minuta da reforma elaborada pela equipe econômica, divulgada pelo Estadão/Broadcast, tem um mecanismo que permite a criação de uma nova contribuição para as empresas, sobre base tributária a ser definida em lei complementar. A meta do governo é reduzir os encargos sobre as empresas para que isso seja um incentivo à geração de empregos.

O secretário especial da Receita Federal, Marcos Cintra, por exemplo, defende uma ampla desoneração para as empresas, com a criação de um imposto único sobre movimentações financeiras para compensar a perda na arrecadação.

Dentro desse plano, o governo também quer criar a “carteira verde amarela”, que representará menos obrigações aos empregadores, em contraposição à atual carteira de trabalho, que assegura mais direitos, mas também gera mais encargos. O trabalhador poderá optar, mas a previsão legal para esse novo regime “não precisa estar na PEC (proposta de emenda à Constituição)” e pode ser desenvolvido nos próximos seis meses, segundo um integrante da equipe econômica. Há um cuidado para que essa discussão não contamine as negociações em torno da reforma da Previdência.

INFORME

Contribuição ao INSS

Alíquota para empresas e trabalhadores pode mudar



*Quem ganha acima de R\$ 5.839,45 recolhe 11% apenas sobre o valor do teto

ESTADÃO

Trabalhador

No caso dos trabalhadores, a mudança da alíquota ficou de fora da minuta, mas está sendo avaliada internamente pelo governo. Uma fonte da equipe econômica informou que simulações com a queda da alíquota para 7,5% estão sendo feitas pelos técnicos para trabalhadores que ganham de um a dois salários mínimos. A medida tem princípio semelhante ao do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), que conta com faixas de renda. Hoje, a alíquota da contribuição do trabalhador ao INSS varia de acordo com o salário (ver quadro). O foco central da reforma é de “remoção” dos privilégios, que o ministro da Economia tem chamado de “transferência perversa de renda” no Brasil via Previdência Social. Esse ponto será reforçado na campanha de comunicação da reforma, que está sendo estruturada agora pela equipe da Secretaria de Comunicação da Presidência.

Guedes tem insistido dentro do governo que é preciso garantir um piso de R\$ 1 trilhão de economia de despesas com a reforma. A maneira como esse valor será atingido pode mudar, mas, para isso, outras medidas terão de ser incluídas. É o caso da idade mínima. A equipe de Guedes quer a fixação de uma idade mínima de 65 anos para homens e mulheres.

O presidente Jair Bolsonaro chegou a falar em 62 anos para homens e 57 anos para mulheres. Mas, segundo a fonte, já aceita 60 anos para mulheres e 65 para homens. Se o presidente considerar que é preciso deixar essa diferença, outros acertos terão de ser feitos na PEC para garantir a economia mínima de R\$ 1 trilhão. A proposta em análise no governo tem uma variação de R\$ 700 bilhões a R\$ 1,3 trilhão de economia, dependendo das mudanças a serem feitas.

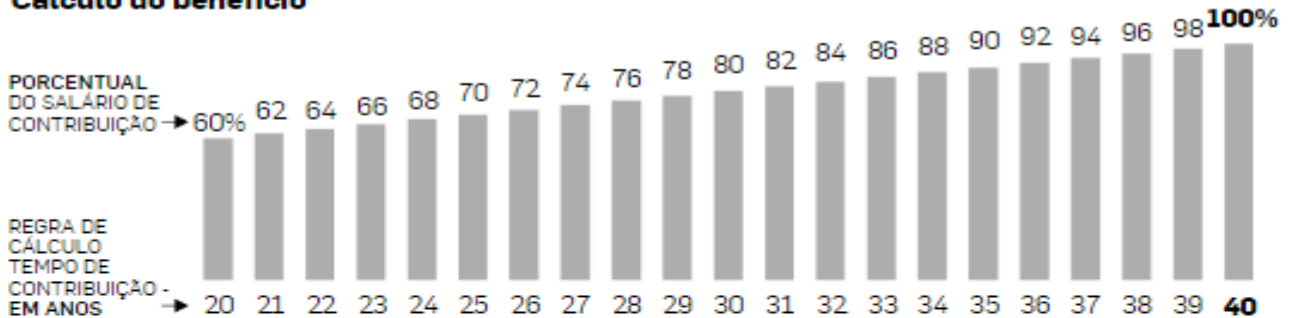
INFORME

O que está em debate

Minuta preliminar da Proposta de Emenda à Constituição para a reforma da Previdência

		Idade mínima		Tempo de contribuição	
		COMO É	COMO FICA	COMO É	COMO FICA
INSS	HOMEM	65 anos NÃO OBRIGATÓRIA	65 anos	15 anos NO MÍNIMO	20 anos NO MÍNIMO
	MULHER	60 anos NÃO OBRIGATÓRIA	65 anos	15 anos NO MÍNIMO	20 anos NO MÍNIMO
Servidores públicos	HOMEM	60 anos	65 anos	25 anos NO MÍNIMO	25 anos NO MÍNIMO
	MULHER	55 anos	65 anos	25 anos NO MÍNIMO	25 anos NO MÍNIMO
Professores públicos	HOMEM	55 anos	60 anos	30 anos NO MÍNIMO	25 anos NO MÍNIMO
	MULHER	50 anos	60 anos	25 anos NO MÍNIMO	25 anos NO MÍNIMO
Trabalhador rural	HOMEM	60 anos	60 anos	15 anos NO MÍNIMO	20 anos NO MÍNIMO
	MULHER	55 anos	60 anos	15 anos NO MÍNIMO	20 anos NO MÍNIMO
Policiais federais, legislativos e civis	HOMEM	—	55 anos	30 anos NO MÍNIMO	25 anos NO MÍNIMO
	MULHER	—	55 anos	25 anos NO MÍNIMO	25 anos NO MÍNIMO

Cálculo do benefício



Benefícios assistenciais

COMO É HOJE

1 salário mínimo

† Pessoas com deficiência

† Idosos (acima de 65 anos) de baixa renda

COMO FICA

Benefícios serão desvinculados do salário mínimo e não poderá haver acumulação. Lei complementar ditará regras. Até a aprovação dessa lei, serão pagos:

† Pessoas com deficiência
R\$ 1 mil

† Idosos de baixa renda
55 anos ou mais

R\$ 500

65 anos ou mais

R\$ 750

A partir de 70 anos, desde que tenha contribuído à Previdência por ao menos 10 anos

**R\$ 750 +
R\$ 150
adicionais**

INFORME

Benefícios assistenciais

COMO É HOJE

1 salário mínimo

↳ Pessoas com deficiência

↳ Idosos (acima de 65 anos) de baixa renda

COMO FICA

Benefícios serão desvinculados do salário mínimo e não poderá haver acumulação. Lei complementar ditará regras. Até a aprovação dessa lei, serão pagos:

↳ Pessoas com deficiência
R\$ 1 mil

↳ Idosos de baixa renda

55 anos ou mais

R\$ 500

65 anos ou mais

R\$ 750

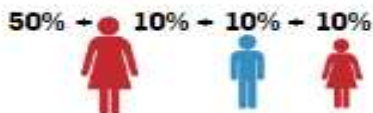
A partir de 70 anos, desde que tenha contribuído à Previdência por ao menos 10 anos

**R\$ 750 +
R\$ 150
adicionais**

Pensões por morte



Cota familiar de 50% + 10% por dependente. Até limite de 100%



Cônjuge sem filhos



60%

Limite ao acúmulo

↳ É vedado recebimento de mais de uma aposentadoria à conta de um mesmo regime (INSS ou servidores), a não ser no caso de funcionários públicos que podem acumular cargos

↳ É vedado recebimento de mais de uma pensão à conta do INSS (para servidores, não há essa restrição)

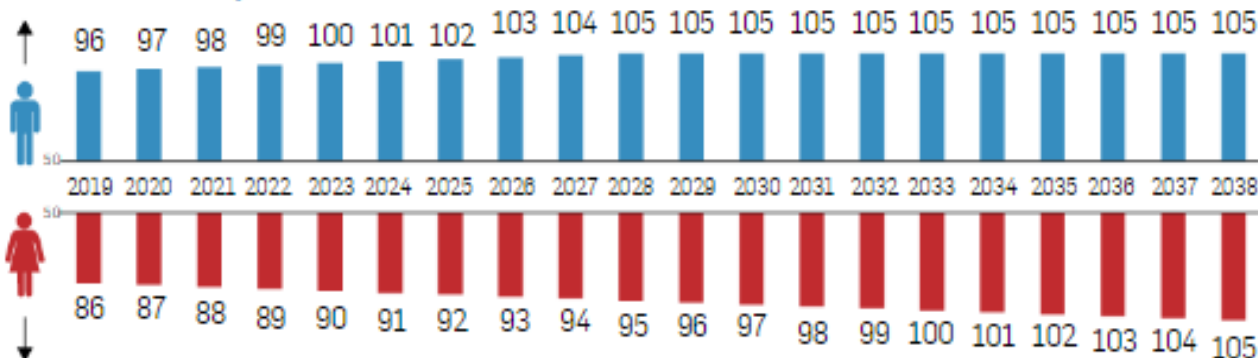
↳ Em caso de recebimento de mais de uma pensão, ou de pensão e aposentadoria, é assegurado recebimento do valor integral do maior benefício e uma parte dos restantes

Transição

Aposentadoria por tempo de contribuição*

Regra 86/96, usada hoje para se conseguir o benefício integral, na transição será usada para definir quem está apto a se aposentar mesmo sem ter completado 65 anos, mas sem direito a 100% do benefício

TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - IDADE - 96



TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - IDADE - 86

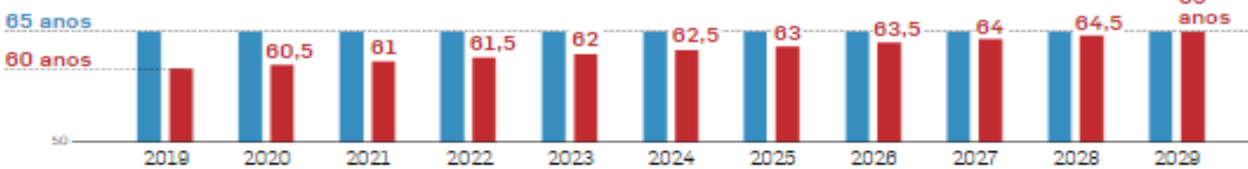
*AS EXIGÊNCIAS DE PONTUAÇÃO SÃO REDUZIDAS EM 5 PONTOS PARA PROFESSORES; OS SERVIDORES PÚBLICOS JÁ TÊM IDADE MÍNIMA DE 55 ANOS (MULHERES) E 60 ANOS (HOMENS), QUE SUBIRÁ PARA 57 ANOS E 62 ANOS, RESPECTIVAMENTE, A PARTIR DE 1ª DE JANEIRO DE 2022

INFORME

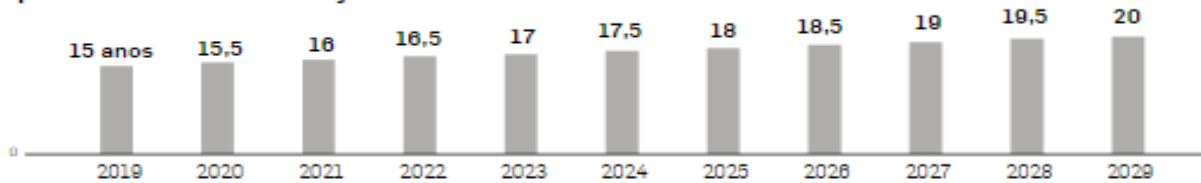
Aposentadoria por idade

Com a transição, a idade das mulheres e o tempo mínimo de ambos avançam gradualmente

■ HOMEM ■ MULHER



Tempo mínimo de contribuição



FE ESTADÃO

Conclusão de texto da reforma da Previdência depende de alta de Bolsonaro

Fontes do governo admitem que internação do presidente deve 'retardar um pouco' definição da proposta de reforma da Previdência

Daniel Weterman, Camila Turtelli e Mariana Haubert, O Estado de S.Paulo

O porta-voz da Presidência da República, Otávio do Rêgo Barros, afirmou que a conclusão da proposta de reforma da Previdência a ser enviada ao Congresso Nacional dependerá da alta do presidente Jair Bolsonaro, internado há dez dias no Hospital Albert Einstein. Segundo Rêgo Barros, Bolsonaro vai deliberar sobre a proposta quando estiver em "condições totais" e "saindo pela porta da frente" do hospital. O Planalto evita, no entanto, estimar um prazo para a alta.

O tempo de internação do presidente é um fator que já é levado em conta dentro do governo nos cálculos em relação à proposta. Fontes do governo já admitem que a situação deve "retardar um pouco" a definição do texto final.

"O tempo dessa análise vai depender, naturalmente, da saída do presidente e, saindo pronto, pela porta da frente do Hospital Albert Einstein", disse ontem o porta-voz. "O presidente vai deliberar sobre a Previdência assim que estiver em condições totais de fazer sua análise, de estabelecer com seus ministros um padrão e um curso de ação que

INFORME

possa, a partir desse estudo, ser indicado, ser elevado, ser apresentado ao Congresso.” O presidente terá alta, disse Rêgo Barros, quando os médicos estiverem convictos de que ele sairá e não precisará mais voltar ao hospital, estando “livre de sequelas”.

O tempo da tramitação da proposta tornou-se uma preocupação entre analistas, depois que o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, disse que a reforma terá de seguir o “rito tradicional” – ou seja, não seria possível usar algum “atalho” para acelerar o processo, como vinha sendo cogitado no governo. Essas dúvidas tiveram influência na queda de 3,74% na Bolsa de Valores.

As dúvidas em relação à proposta também levam em conta o fato de o governo, até o momento, não ter apresentado uma base de apoio clara no Congresso. E tem sido constante a reclamação de parlamentares de que falta comunicação ao governo em relação à reforma. Muitos dizem que, até este momento, não foram convidados para conhecer detalhes do texto e muito menos chamados a opinar. O Estadão/Broadcast divulgou na segunda-feira a minuta da proposta que foi fechada pelo Ministério da Economia.

O líder escolhido por Bolsonaro para fazer essa conexão, Major Vitor Hugo (PSL-GO), está com dificuldades de cumprir seu papel. Depois de ter sido boicotado por líderes da Casa, que não compareceram a uma reunião convocado por ele na terça-feira, ele pouco ou nada falou em um encontro convocado ontem por Rodrigo Maia. Coube a Maia conduzir as discussões em torno da reforma.

O líder do PP na Câmara, Arthur Lira (AL), disse que, sem alinhamento do governo na Casa, não há clima para se votar qualquer Proposta de Emenda Constitucional (PEC), incluindo a reforma da Previdência. A bancada que ele lidera é a terceira maior da Câmara, com 37 deputados. “Governo ainda não tem base, nem consistente e nem condicional”, disse, fazendo uma referência às palavras que foram usadas no convite da reunião de Vitor Hugo.

O líder do PSL na Câmara, Delegado Waldir, por sua vez, disse que não sabe se o governo já tomou a decisão de enviar uma nova PEC. “Eu só posso passar informações daquilo que eu tenho conhecimento e daquilo que os ministro me chamam para me pedir. Agora, não vou implorar nada a nenhum ministro. O interesse é do governo, eu sou apenas o líder do PSL”.

O deputado Vitor Hugo, porém, afirma que o governo prestigiará os partidos políticos nas articulações para garantir apoio suficiente para aprovar a reforma. “O governo vai prestigiar os líderes e vai permitir o debate para aperfeiçoamento do texto que será

INFORME

enviado para cá”, disse. Segundo ele, a aproximação está sendo feita “com muito respeito aos partidos”.

Mansueto vê cenário favorável à aprovação

Apesar das críticas do Congresso em relação à falta de comunicação do governo sobre a reforma da Previdência, o secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, vê “circunstâncias mais favoráveis” à aprovação de uma proposta com impacto fiscal maior do que o texto já em tramitação (enviado pela equipe do ex-presidente Michel Temer). A minuta da proposta antecipada pelo Estadão/Broadcast inclui medidas que podem render economia de R\$ 1 trilhão em 10 anos.

O secretário acredita também que a proposta não deve ser muito alterada no Congresso. “Acho que não vai desidratar”, disse o secretário. Ele destacou as declarações dos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), favoráveis à reforma. “A declaração dos dois é claramente favorável à reforma da Previdência, e com respeito total ao Congresso. A reforma da Previdência será debatida no Congresso”, disse.

Mansueto evitou comentar pontos específicos da proposta. Mas ressaltou que hoje as circunstâncias são “muito melhores”, mesmo para a aprovação de uma reforma mais abrangente que a proposta por Temer. A versão original do ex-presidente previa uma economia de R\$ 800 bilhões em dez anos. Com as alterações combinadas entre o Congresso e governo, a economia caiu pela metade. Só para este ano, o rombo previsto para a Previdência dos segurados do INSS, funcionários públicos e militares é de R\$ 305,5 bilhões.

O secretário disse que os próprios governadores têm demandado uma reforma que atinja os Estados de forma imediata, com inclusão dos regimes especiais para professores e militares, categorias que mais pesam na folha salarial dos Estados. Esse ponto está na minuta revelada na segunda-feira.

Mansueto explicou, no entanto, que a reforma é uma forma de ajuste de médio prazo e que os Estados precisarão de medidas adicionais no curto prazo para equilibrar suas contas. Segundo ele, um exemplo é criar um mecanismo que permita corte de despesas no Judiciário e Legislativo estaduais quando há frustração de receitas. Hoje, esses poderes são blindados a essa redução de gastos./Idiana Tomazelli

(Fonte: Estado de SP – 07/02/2019)

7